

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de agosto é apresentado o relatório referente ao 4.º trimestre de 2017.

O relatório está estruturado de modo a que se obtenha, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 4.º trimestre de 2017 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Comparação do orçamento vs execução 4.º trimestre de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Previsto	Real	Desvio
Vendas e serviços prestados	3 012 527,72	3 146 266,40	133 738,68
Subsidio à exploração	0,00	768,44	768,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-163 197,57	-162 466,09	731,48
Fornecimentos e serviços externos	-1 975 064,43	-1 875 246,47	99 817,96
Gastos com pessoal	-329 023,04	-400 786,18	-71 763,14
Provisões	-73 150,00	-11 400,00	61 750,00
Outros rendimentos	320 901,40	214 397,10	-106 504,30
Outros gastos	-217 524,35	-194 534,49	22 989,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	575 469,73	716 998,71	141 528,98
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-433 607,19	-362 755,81	70 851,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	141 862,54	354 242,90	212 380,36
Juros e gastos similares suportados	-1 079,50	-704,51	374,99
Resultado antes de impostos	140 783,04	353 538,39	212 755,35
Impostos sobre o rendimento do periodo	-31 676,18	-85 145,80	-53 469,62
Resultado liquido do periodo	109 106,86	268 392,59	159 285,73

Analisando comparativamente as rubricas de Rendimentos verifica-se que foram orçamentados para o período em análise 3.333.429 € e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu 3.361.432 €, existindo um acréscimo de 28.003 €. Convém referir, antes de uma análise mais detalhada, que a Taxa de Gestão de Resíduos foi orçamentada em Outros Rendimentos e à data atual está a ser registada na rubrica de Prestações de Serviços (como será possível verificar no mapa de detalhe das vendas e Prestações de Serviços). Este entendimento foi comunicado pela Agência Portuguesa do Ambiente de modo a que se apure em qualquer momento qual o montante de TGR cujo pagamento foi realizado e para maior controlo face aos resíduos tratados.

Para o 4.º trimestre de 2017 estavam orçamentados 699.023 € de Vendas e na realidade o valor ascendeu a 613.806 €, existindo um decréscimo de 85.218 €. Este decréscimo está relacionado com as seguintes situações: i) por um lado pelo decréscimo em 12.309 € na venda de energia à EDP; ii) por outro pelo decréscimo em 72.908 € na Venda de material reciclável, por influencia do decréscimo do valor pago por tonelada pelo encaminhamento de plástico para reciclar que diminuiu 145,60 €/tonelada, desde o início do ano e também pelo decréscimo do valor pago por tonelada referente à venda de papel/cartão não embalagem em cerca de 30 €, não obstante as recolhidas para venda terem aumentado.

No quadro seguinte pode-se verificar a situação das vendas e prestações de serviços neste trimestre quando comparado com o orçamentado para o 4.º trimestre de 2017:

Detalhe das Vendas e Prestações de Serviços	Orçamentado	Realizado	Desvio
<u>Vendas</u>	699 023 €	613 806 €	-85 218 €
Venda de energia	138 986 €	126 677 €	-12 309 €
Material reciclavel	560 037 €	487 129 €	-72 908 €
<u>Prestações de Serviços</u>	2 515 674 €	2 532 461 €	16 787 €
RSU Indiferenciado	2 310 507 €	2 368 099 €	57 592 €
Recolha de vidrões	2 997 €	2 954 €	-43 €
Taxa de Gestão de Resíduos	202 169 €	161 408 €	-40 762 €

As prestações de serviços apresentam um acréscimo de 16.787 €, tendo o principal desvio ocorrido no RSU Indiferenciado por via do aumento das toneladas entregues para tratamento, que estava orçamentada em 52.512 toneladas e na realidade foram entregues 53.819 toneladas o que representa um acréscimo de 1.307 toneladas. A rubrica da Taxa de Gestão de Resíduos, apresenta um decréscimo de 40.762 € uma vez que a incidência desta Taxa foi orçamentada sobre 50% dos resíduos entregues para tratamento e até ao final do período em análise, a incidência foi sobre 40% dos resíduos, à semelhança do que aconteceu em 2016.

Quanto à recolha de vidrões apresenta igualmente um ligeiro decréscimo de 43 € face ao orçamentado.

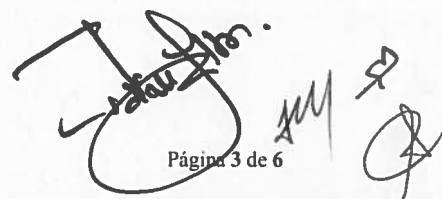
A rubrica de subsídios à exploração refere-se a uma tranche do estágio PEPAL que terminou em maio de 2016, no entanto, os montantes de comparticipação só serão conhecidos aquando do fecho da candidatura, que ainda está em análise.

Os Outros Rendimentos apresentam um decréscimo de 106.504 €, este desvio justifica-se porque foram orçamentados juros de depósitos a prazo com taxas um pouco superiores ao que se tem verificado. Esta rubrica inclui também a Taxa de Gestão de Resíduos orçamentada a debitar aos Municípios, mas, no decorrer do segundo trimestre e por indicação da Agência Portuguesa do Ambiente a TGR voltou a ser debitada mensalmente e assim optou-se por continuar a registar os seus valores na rubrica de Prestações de Serviços.

Quanto aos gastos estavam orçamentados 3.192.646 € para o 4.º trimestre de 2017 e na realidade a totalidade das rubricas ascendeu a 3.007.894 €, o que evidencia um decréscimo de 184.753 €.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta um decréscimo de 731 € face ao orçamentado, esta diminuição deriva da aquisição de tampas de plástico que estava orçamentada em 49.034 € e na realidade no final deste trimestre o valor ascendia a 32.668 €, em relação ao gasóleo houve um acréscimo de 15.634 € face ao orçamentado, uma vez que passou a existir, mais um turno para a recolha seletiva.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam um dos maiores decréscimos deste trimestre com um desvio de 99.818 € face ao orçamentado. No quadro seguinte podemos observar quais os principais desvios desta rubrica:



Descrição	Orçamentado	Real	Desvio
<u>Trabalhos Especializados:</u>			
Transporte e Tratamento de RSU	1 255 025,33	1 268 721,46	13 696,13
Monitorização e Caracterização	5 598,24	3 288,00	-2 310,24
Tratamento de lixiviado	202 352,40	16 648,59	-185 703,81
Outros	224 717,68	294 700,63	69 982,95
Publicidade e Propaganda (Campanhas sensibilização)	3 128,00	8 173,76	5 045,76
Vigilância e Segurança	22 789,00	23 343,48	554,48
<u>Conservação e Reparação:</u>			
Equipamento Básico	23 474,20	30 324,93	6 850,73
Equipamento de Transporte	50 767,10	41 501,55	-9 265,55
Equipamento Administrativo	300,50	492,66	192,16
Pneumáticos	18 821,36	32 449,24	13 627,88
Instalações	6 317,96	19 918,74	13 600,78
Ferramentas e Utensílios	4 439,76	3 451,96	-987,80
Material de escritório	9 554,70	4 787,16	-4 767,54
<u>Energia e Fluidos</u>			
Electricidade	45 610,32	28 344,53	-17 265,79
Combustíveis	3 476,92	4 013,07	536,15
Água	1 308,58	1 552,75	244,17
Óleos e lubrificantes	8 235,22	5 475,02	-2 760,20
Comparticipação Energia CVE	34 746,50	31 313,84	-3 432,66
Deslocações e Estadas	2 140,00	1 274,39	-865,61
<u>Rendas e Aluguers</u>			
Imoveis	4 000,00	4 000,00	0,00
Equipamento	969,48	1 219,74	250,26
Viaturas	6 487,32	7 985,71	1 498,39
Comunicação	3 375,18	2 965,69	-409,49
Seguros	27 729,14	26 396,36	-1 332,78
Contencioso e Notariado	1 328,96	5 373,79	4 044,83
Limpeza Higiene e Conforto	4 772,00	4 094,13	-677,87
Outros Serviços	3 598,58	3 435,29	-163,29
TOTAL	1 975 064,43	1 875 246,47	-99 817,96

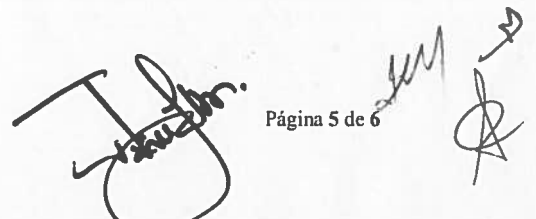
Da análise dos valores dos fornecimentos e serviços externos verifica-se que foram orçamentados 1.975.064 € e que no período em análise a rubrica apresenta o valor de 1.875.247 € o que evidencia um decréscimo de 99.818 €. A rubrica que mais contribuiu para esta diminuição foi o tratamento de lixiviado que para o período em análise estava orçamentado em 202.352 € e à data atual o valor ascende a 16.649 €, tendo em conta que se tem registado pluviosidade muito baixa ou quase inexistente neste ano e temperaturas elevadas, não se tem verificado a necessidade de recorrer a unidade externa para tratamento de lixiviado como já aconteceu em anos anteriores. Também ao nível da eletricidade se verifica um decréscimo de 17.266 €, pelo facto de se ter investido, em 2016, numa bateria de condensadores permitindo uma redução substancial nos custos com o consumo de energia.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta um acréscimo de 71.763 €, o valor desta rubrica foi orçamentado tendo por base o histórico de 2016 em que o absentismo foi elevado devido a baixas médicas e de seguro. Até ao período em análise verifica-se que os colaboradores regressaram aos postos de trabalho, e também porque houve a transição dos colaboradores que se encontravam a exercer funções por trabalho temporário para a Empresa. Foi ainda reconhecido como gasto, o custo com despesas médicas dos trabalhadores do SNS, nos termos do artigo 110 da Lei n.º 7-A/206 de 360 de março, que à data atual ascende a 6.217 €.

A rubrica de provisões tem orçamentado o valor de 73.150 €, relativo ao processo judicial que decorre no Tribunal Judicial de Benavente (Processo n.º 814/11.6TBBNV), referente ao terreno onde se situa a Estação de Transferência de Salvaterra de Magos. A Empresa optou, no entanto, por constituir a provisão em dezembro de 2016, dado que já tinha sido proferido o resultado da 1.ª perícia ao terreno e que a mesma aponta para o valor 1.900 €/mensais e tendo em conta que o Município de Salvaterra de Magos também é réu no processo, considerou-se 50% do valor, ou seja, 950,00€/mensais desde agosto de 2010 até dezembro de 2016. Assim, até ao final deste trimestre apenas se verifica o reforço da Provisão em 11.400 €, que corresponde aos 950 €/mensais de janeiro a dezembro de 2017, o que originou um decréscimo de 61.750 €.

Os gastos de depreciação e amortização apresentam um decréscimo de 70.851 €, uma vez que estava orçamentado o investimento em ecopontos no valor de 390.000 € até março, no entanto o início do fornecimento iniciou-se em fevereiro, mas prolongou-se até novembro, pelo que até ao momento ainda não é possível ter o impacto total das depreciações deste investimento em comparação com o orçamentado. Entretanto, terminou a vida útil de determinados ativos e os que, entretanto, se realizaram são de baixo valor.

A rubrica Outros gastos apresenta um decréscimo de 22.990 €, este desvio está relacionado com o cálculo da Taxa de Gestão de Resíduos, que foi orçamentada incidindo sobre 50% das toneladas e o praticado no final deste trimestre foi sobre 40% das toneladas. Nesta rubrica está




reconhecido como gasto o valor das despesas e cuidados de saúde no SNS dos trabalhadores referente a anos anteriores e que ascende a 11.081 €.

Os juros suportados ascenderam a 705 €, referindo-se a juros dos contratos de leasing, que, entretanto, terminaram.

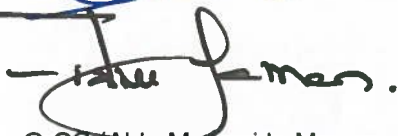
Assim, o Resultado Líquido do Período de 2017 ascendeu a 268.393 €, evidenciando um acréscimo de 159.286 € face ao orçamentado, por via do decréscimo dos gastos, em especial, dos fornecimentos e serviços externos, das depreciações e das provisões.

Almeirim, 3 de abril de 2018

O Conselho de Administração

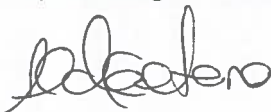


Paulo Esteves



Paulo Esteves

O CC (Alda Margarida Marques n.º 68.270)



Alcides